

COBERTURA DO SOLO E CAFEICULTURA: A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO NA ZONA DA MATA MINEIRA (1920-1950)

Bruno Novelino Vittoretto¹
Thenório Pinheiro Cavalcanti²

Recebido em: 23/04/2024

Aprovado em: 24/05/2024

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar a cafeicultura na Zona da Mata de Minas Gerais entre os anos de 1920 e 1950. Para tanto, utilizou-se das fontes censitárias, compostas pelas seções demográfica e agrícola dos Recenseamentos Gerais dos anos de 1920, 1940 e 1950. As fontes foram lidas com base na abordagem dos sistemas agrários, enfatizando a natureza espaciotemporal da atividade cafeeira praticada no centro-sul do Brasil no período em questão. Desse modo, adotou-se uma subdivisão regional compatível com o fenômeno investigado, associando o perfil demográfico e as características da cobertura do solo em cada uma das municipalidades pesquisadas. Após manipulação dos dados, constatou-se o movimento da fronteira cafeeira, em seu sentido sul-norte. No entanto, tal fenômeno ficou representado por uma evidente decadência da atividade na região como um todo, embora a porção Norte representasse níveis discrepantes das outras áreas produtoras. O aumento populacional percebido nessas porções do território também acompanhou a transição para outras atividades econômicas ligadas ao universo rural, como a incorporação do gado e outras atividades de diversificação no contexto do meado do século.

Palavras-Chave: Zona da Mata; cafeicultura; fronteira; sistema agrário; cobertura do solo.

LAND COVER AND COFFEE CULTURE: TRANSFORMATIONS IN MINAS GERAIS' ZONA DA MATA REGION (1920-1950)

Abstract: The present work aims to analyze the coffee growing in the Zona da Mata of Minas Gerais between the years 1920 and 1950. To this end, census sources used composed of the demographic and agricultural sections of the General Censuses of the years 1920, 1940 and 1950. The sources were based on the agrarian systems approach, emphasizing the spatiotemporal nature of the coffee activity practiced in the center-south of Brazil in the period in question. In this way, it was adopted a regional subdivision compatible with the

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atua como docente na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: bruno.vittoretto@ufvjm.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-3197-473X>. Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Edital CICT 008/2018, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

² Graduado em História pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: thenorio.pinheiro@ufvjm.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-3740-8513>.

phenomenon investigated, associating the demographic profile and characteristics of land cover in each of the municipalities researched. After manipulating the data, the movement of the coffee frontier was verified in its south-north direction. However, this phenomenon represented an evident decline in activity in the region as a whole, although the Northern portion represented different levels from other producing areas. The population increase seen in these portions of the territory also accompanied the transition to other economic activities linked to the rural universe, such as the incorporation of livestock and other diversification activities in the mid-century context.

Keywords: Zona da Mata; coffee culture; frontier; agrarian system; land cover.

COBERTURA DEL SUELO Y CULTIVO DE CAFE: TRANSFORMACCIONES DEL ESPACIO EN LA REGIÓN DE ZONA DA MATA, MINAS GERAIS (1920-1950)

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo analizar la cultura del café en la Zona da Mata de Minas Gerais entre los años 1920 y 1950. Para ello se utilizaron fuentes censales, compuestas por las secciones demográfica y agrícola de los Censos Generales de los años 1920, 1940 y 1950. Las fuentes fueron leídas desde el enfoque de sistemas agrarios, enfatizando el carácter espaciotemporal de la actividad cafetalera practicada en el centro-sur de Brasil en el período en cuestión. De esta manera, se adoptó una subdivisión regional compatible con el fenómeno investigado, asociando el perfil demográfico y las características de la cobertura del suelo en cada uno de los municipios investigados. Luego de manipular los datos, se verificó el movimiento de la frontera cafetera, en su dirección sur-norte. Sin embargo, este fenómeno estuvo representado por una evidente caída de la actividad en el conjunto de la región, aunque la porción norte presentó niveles diferentes a otras zonas productoras. El aumento poblacional observado en estas porciones del territorio también acompañó la transición hacia otras actividades económicas vinculadas al universo rural, como la incorporación de la ganadería y otras actividades de diversificación en el contexto de mediados de siglo.

Palabras-chaves: Zona da Mata; cultivo de cafe; frontera; sistema agrario; cobertura del suelo.

Introdução

A região da Zona da Mata, situada a sudeste do Estado de Minas Gerais, possui suas raízes históricas assentadas no povoamento de grupos indígenas, que a partir do processo secular de colonização iniciado no setecentos, foram incorporados e/ou combatidos na luta pela terra. Os núcleos populacionais estabelecidos originalmente na parte central da antiga capitania de Minas Gerais, sobretudo Mariana, Ouro Preto e Piranga, foram deslocados em busca de áreas próprias para a agricultura, transformando o espaço através do assentamento das sesmarias e da abertura de vias terrestres (OLIVEIRA, 2005). Boa parte da historiografia econômica e social mineira tem se preocupado com os processos ocorridos entre os séculos XVIII e a primeira metade do século XIX, principalmente a partir de microanálises sobre a

ação da administração colonial e as distintas redes engendradas na capitania/província no período. (LAMAS et al., 2003)

Já entre a segunda metade do oitocentos e a primeira metade do século seguinte, o foco de interesse dos trabalhos realizados pelos pesquisadores, sobretudo nas instituições locais, perfaz a cronologia referente ao período de maior concentração da atividade cafeeira na região. Nesse sentido, o capital agrário e sua inversão urbano-industrial sintetizada pela ideia de complexo agroexportador, acabou por capitanear boa parte dos trabalhos desenvolvidos pelos(as) historiadores(as) interessados(as) na região da Mata, seja através do estudo sobre o padrão de propriedade da terra, as particularidades do processo de escravização, a estrutura comercial e financeira, além de inúmeros temas envolvendo, uma vez mais, o papel determinante de algumas trajetórias individuais ou recortes mais delimitados sobre a experiência geracional de vozes tradicionalmente silenciadas pela disciplina histórica. (LAMAS et al., 2003)

A pesquisa ora em questão se propôs a realizar uma análise do período posterior a todos estes processos interpretados pela historiografia local. Mais especificamente, buscou compreender a região matense durante a primeira metade do século XX.

O objetivo deste trabalho foi o investigar quais as principais transformações envolvendo a ação humana no espaço sudeste do Estado, aliando técnicas de História Econômica e História Ambiental. Com essa abordagem, foi possível compreender a cafeicultura durante a primeira metade do século passado, de modo a percebê-la dentro de um processo conjuntural que envolveu ao menos dois grandes fenômenos: 1) a diminuição geral dos cafezais, historicamente a principal atividade agrícola da região, cujo processo de transição para a pecuária é um dos principais elementos; 2) as mudanças do padrão populacional da região mediante a conjuntura citada.

PROCEDIMENTO DE PESQUISA

Para realizar a análise sociometabólica da região em foco foram escolhidos os Recenseamentos Gerais dos anos de 1920, 1940 e 1950, únicos três conjuntos documentais dessa natureza disponíveis para a primeira metade do século. Tais fontes, produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encontram-se disponibilizadas na plataforma digital da instituição. Além dos recenseamentos, contamos com o auxílio das informações presentes no projeto “Evolução da divisão territorial do Brasil (1872-2010)”,

publicado também pelo IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

A historiografia que se debruçou sobre o processo de fragmentação territorial-administrativa de Minas Gerais, chamou atenção para o referido fenômeno com base nas mudanças ocorridas desde o início do século XIX (CHAVES, 2012; SARAIVA, 2008). Não obstante, para atender as demandas fiscais, demográficas, de controle de terras, investimentos, etc., as divisões administrativas continuaram em processo durante a primeira metade do século XX na porção leste do território mineiro. Concomitantemente à expansão populacional da região, seguiu-se a criação, anexação e desanexação de territórios, municípios e distritos.

Para que fosse possível uma interpretação direcionada aos três grandes eixos elencados na introdução do presente trabalho, foi necessário um esforço metodológico, exatamente por conta da ocorrência de uma progressão na quantidade de distritos e municípios entre os períodos de 1920 e 1950. A estratégia de tratamento dos dados visou universalizar a comparação dos mesmos a partir do padrão territorial de 1920, primeiro desenho administrativo abordado. Quer dizer que as informações referentes aos anos de 1940 e 1950 foram agregadas ao padrão de 1920, de modo a tornar viável a manipulação entre os três recortes disponíveis para a pesquisa. Assim, elas foram armazenadas em um banco de dados em formato excel.doc, de acordo com as mudanças na formação administrativa e territorial das municipalidades existentes na época.

Na década de 1920, a Zona da Mata possuía vinte e oito municípios. Por outro lado, no censo de 1950, a referida região já contava com sessenta e um municípios registrados. A divisão administrativa e geográfica local sofreu fortemente com a constante divisão, criação, alteração administrativa ou emancipação dos distritos. Muitos dos municípios originais da Zona da Mata geraram ao menos um novo município, através da perda e emancipação de um ou mais de seus distritos. Novos distritos também surgiram no interior de cada território antigo ou novo durante as três décadas em questão. Em determinados casos, os distritos sofreram alterações em seus distritos-sedes, isto é, diversos distritos tiveram os municípios aos quais pertenciam trocados por outros, às vezes mais de uma vez.

Por outro lado, em partes fronteiriças a outras regiões fisiográficas de Minas Gerais, surgiram municípios e distritos que antes não pertenciam ao recorte regional original matense. Em outros casos, o processo contrário também ocorreu, quando esses mesmos municípios e distritos fronteiriços da Zona da Mata acabaram por ser anexados às mesorregiões vizinhas em novas reformulações de divisões administrativas e geográficas.

A título de exemplificação, é possível citar os municípios de Lajinha e Santa Rita do Jacutinga. Lajinha era originalmente distrito de Ipanema, antes de ser emancipado e elevado à categoria de município. Situado próximo do norte-noroeste da Zona da Mata, o município pertencia anteriormente a mesorregião do Vale do Rio Doce. Acabou sendo incorporado como parte da mesorregião da Mata, e foi registrado como tal no recenseamento realizado pelo governo na década de 1950. De forma semelhante, o antigo distrito Santa Rita do Jacutinga, originalmente pertencente ao município de Rio Preto, foi elevado à categoria de município em 1943 e anexado à mesorregião da Zona Sul, a qual fazia fronteira anteriormente, no mesmo ano.³

Tanto as questões fronteiriças quanto as questões de nomenclatura dos municípios e distritos sofreram, em maior ou menor escala, alterações entre os períodos de 1920 e 1950. Em alguns casos, apenas a grafia foi alterada, mas em outros, o próprio nome do distrito ou do município foi alterado uma ou mais vezes. Ao longo das alterações governamentais e outras questões de cunho político do período, novos decretos e leis foram criados de maneira a discernir melhores padrões para a formação municipal do Brasil. O disposto pode ser exemplificado pelo Decreto-Lei Nº 311, de 2 de março de 1938, que entre outros pontos, determina que *“Nenhum município se instalará sem que o quadro urbano da sede abranja no mínimo duzentas moradias”* (BRASIL, 1938).

Outro exemplo pertinente é o município de Ervália, antigo distrito de Viçosa. Originalmente com a denominação de São Sebastião do Erval, o referido município teve sua nomenclatura alterada para Erval em 1923. Foi efetivamente emancipado em 1938 e, cinco anos depois, teve o seu nome alterado definitivamente para Ervália no ano de 1943. Em muitos casos, a devoção religiosa, característica da cultura regional, pode ser identificada nos antigos nomes de diversos municípios e distritos, os quais detinham o nome de um santo ou uma santa.

Logo adiante, no Quadro 01, é possível perceber as transformações territoriais e administrativas explicitadas. Os municípios originais de 1920 (em negrito na primeira coluna), originaram outros municípios nas décadas seguintes, mantendo sempre o distrito-sede com a mesma denominação.

³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1950)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954.

Quadro 01: Transformação territorial-administrativa da Zona da Mata mineira (1920-1950)

1920	1940	1950
Abre Campo Abre Campo	Abre Campo Abre Campo Matipó	Abre Campo Abre Campo Matipó
Alto Rio Doce Alto Rio Doce	Alto Rio Doce Alto Rio Doce	Alto Rio Doce Alto Rio Doce
Carangola Carangola	Carangola Carangola Tombos Espera Feliz Divino	Carangola Carangola Tombos Espera Feliz Divino
Cataguases Cataguases	Cataguases Cataguases Mirai Laranjal Astolfo Dutra	Cataguases Cataguases Mirai Laranjal Astolfo Dutra
Guarani Guarani	Guarani Guarani	Guarani Guarani
Guarará Guarará	Guarará Guarará Bicas	Guarará Guarará Bicas
Juiz de Fora Juiz de Fora	Juiz de Fora Juiz de Fora Mathias Barbosa	Juiz de Fora Juiz de Fora Mathias Barbosa
Leopoldina Leopoldina	Leopoldina Leopoldina Recreio	Leopoldina Leopoldina Recreio
Lima Duarte Lima Duarte	Lima Duarte Lima Duarte	Lima Duarte Lima Duarte
Manhuaçu Manhuaçu	Manhuaçu Manhuaçu Manhumirim	Manhuaçu Manhuaçu Manhumirim Santa Margarida Simonésia
Mar de Espanha Mar de Espanha	Mar de Espanha Mar de Espanha	Mar de Espanha Mar de Espanha
Mercês Mercês	Mercês Mercês	Mercês Mercês
Palma Palma	Palma Palma	Palma Palma
Santos Dumont ⁴ Santos Dumont	Santos Dumont Santos Dumont	Santos Dumont Santos Dumont
Piranga Piranga	Piranga Piranga Senador Firmino	Piranga Piranga Guaraciaba Senador Firmino

⁴ Antigo município de Palmira.

Rio Pomba ⁵ Rio Pomba	Rio Pomba Rio Pomba	Rio Pomba Rio Pomba
Ponte Nova Ponte Nova	Ponte Nova Ponte Nova Jequeri Barra Longa ⁶	Ponte Nova Ponte Nova Jequeri Barra Longa Santa Cruz do Escalvado
Visconde do Rio Branco ⁷ Visconde do Rio Branco	Visconde do Rio Branco Visconde do Rio Branco	Visconde do Rio Branco Visconde do Rio Branco São Geraldo Guiricema
Rio Casca Rio Casca	Rio Casca Rio Casca Raul Soares	Rio Casca Rio Casca Raul Soares São Pedro de Ferros
Rio Novo Rio Novo	Rio Novo Rio Novo	Rio Novo Rio Novo
Rio Preto Rio Preto	Rio Preto Rio Preto	Rio Preto ⁸ Rio Preto Santa Rita do Jacutinga ⁹
São João Nepomuceno São João Nepomuceno	São João Nepomuceno São João Nepomuceno	São João Nepomuceno São João Nepomuceno
Além Paraíba ¹⁰ Além Paraíba	Além Paraíba Além Paraíba Pirapetinga Volta Grande	Além Paraíba Além Paraíba Pirapetinga Volta Grande
Eugenópolis ¹¹ Eugenópolis	Eugenópolis Eugenópolis	Eugenópolis Eugenópolis
Muriaé ¹² Muriaé	Muriaé Muriaé Miradouro	Muriaé Muriaé Miradouro
Ubá Ubá	Ubá Ubá	Ubá Ubá Guidoval Tocantins
Viçosa Viçosa	Viçosa Viçosa Ervália Teixeiras	Viçosa Viçosa Coimbra Ervália Teixeiras

⁵ Antigo município de Pomba.

⁶ Não consta nos dados da pesquisa de 20 e 40, pois foi anexado à Ponte Nova como distrito em 1923 e emancipado em 1938.

⁷ Antigo município de Rio Branco.

⁸ O distrito de Tabuão foi desconsiderado na pesquisa, pois apesar de ser parte original da Zona da Mata foi anexado ao município Bom Jardim, Zona Sul, tornando seus dados impossíveis de serem analisados separadamente do novo município formado.

⁹ Originalmente um distrito de Rio Preto foi elevado a município em 1938 e anexado à mesorregião da Zona Sul.

¹⁰ Antigo município de São José d'Além Parahyba.

¹¹ Antigo município de São Manuel.

¹² Antigo município de São Paulo do Muriaé.

Rio Espera ¹³ Rio Espera	Rio Espera Rio Espera	Rio Espera Rio Espera
--	--------------------------	--------------------------

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1920)**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922; **Recenseamento Geral do Brasil (1940)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950; **Recenseamento Geral do Brasil (1950)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954.

A metodologia de abordagem priorizou a formação de um banco de dados que contemplasse as informações presentes nos três recenseamentos gerais produzidos no período em questão, para cada um dos municípios levantados. Foram coletados os seguintes itens, organizados de acordo com os critérios estabelecidos previamente: 1) população; 2) superfície total dos municípios; 3) estabelecimentos recenseados; 4) lavouras permanentes e temporárias; 5) pastagens; 6) matas. Além dos números referentes ao perfil populacional, as outras categorias estão sistematizadas em relação ao padrão de propriedade da terra e da cobertura vegetal existente, sendo esta última convertida em atividades agropastoris ou não utilizada para tais fins. Nos dois casos mencionados, a reserva de floresta (item 6) matas) em hectares ou a incidência de porções de terra degrada/transformada no item 5) pastagens, dão a dimensão das potencialidades e limites dos usos da agricultura local.

Os dados catalogados referentes ao café, um pouco mais amplos, incluem as toneladas de café produzidas, o número de pés produzindo e de novos pés plantados. No entanto, infelizmente não existe o número real de hectares ocupados por estes pés. A quantidade de café produzida por um hectare pode variar devido a diversos fatores, tais como clima, solo, plantio e idade da planta. Por isso, espaços iguais ocupados por cafezais podem render uma quantidade diferente de café. Diante deste dilema, esta investigação optou por utilizar o critério de 800 pés de café por hectare como padrão de conversão, conforme a própria documentação utilizada e as pesquisas historiográficas apontam, de acordo com o sistema agrário comumente utilizado na região durante a primeira metade do século XX (VITTORETTO, 2016, p. 181-182).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para observar os meandros da dinâmica de transformação sociometabólica na região mineira da Zona da Mata, empreendeu-se, primeiramente, uma análise teórica sobre a natureza dos sistemas agrários no contexto. Em seguida, uma discussão dos dados censitários.

¹³ Antigo município de Vila Rio Espera. Pertencente a mesorregião da Zona Metalúrgica na década de 50.

Sistema agrário e perfil demográfico: a subdivisão regional da Mata mineira

O Sistema Agrário pode ser definido como o modo de exploração de um meio historicamente constituído, em que as formas socioculturais adquiridas no trato da lavoura, mediante as especificidades decorrentes do meio natural, são determinantes no processo de produção. Grosso modo, trata-se das relações entre dois elementos: o “ecossistema cultivado e o sistema social produtivo” (MIGUEL; MAZOYER; ROUDART, 2009, p. 26-27). Nesse último caso, compreendem-se os meios de trabalho, as técnicas de produção e as formas de acesso à terra, ao próprio trabalho, e ao capital. Já o primeiro componente citado refere-se à importância de variáveis como o clima, a topografia e a vegetação, que em simbiose com os demais elementos, interferem de maneira direta na conformação das atividades agrícolas estabelecidas (SMITH, 1947; MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 71-77; ANGELO-MENEZES, 2010, p. 434-436).

A historiografia e demais contribuições teóricas do estudo da agricultura tropical no território brasileiro, definiram o sistema agrário utilizado entre os séculos XVI e XX, majoritariamente como sistema agrário extensivo ou sistema agrário florestal (BOSERUP, 1987; DEAN, 2011; FRAGOSO, 1983; MAZOYER; ROUDART, 2010; WORSTER, 2002/2003). Quer dizer que os recursos mobilizados em torno das atividades agrícolas foram em sua maioria apropriados da natureza pré-existente, com a incorporação da floresta às atividades econômicas. Na porção centro-sul do Brasil, a carga de nutrientes disponibilizada após o corte e queima das espécies existentes, possibilitou a conversão destas vastas zonas em plantações de gêneros agrícolas variados, como o café, utilizando-se das tecnologias disponíveis na ocasião.

É notável que uma das características cruciais do sistema agrário extensivo é o fenômeno da fronteira como seu elemento de dinamização. Para uma interpretação da fronteira com incidência na área cafeicultora, o economista brasileiro Antonio Barros de Castro (1971) pode oferecer uma aproximação geral de como a dinâmica do uso da terra em que o desflorestamento impunha a necessidade de incorporação de novas áreas, pode elucidar o conceito. Em 1969, Castro publicou o primeiro volume de seu livro contendo uma série de estudos sobre a economia brasileira durante os períodos de modernização. Contudo, sua contribuição para a compreensão da cafeicultura no país emergiu dois anos após, no segundo volume de seus escritos originais. Nele, o autor afirma que a principal característica da cultura cafeeira no Brasil foi o seu desenvolvimento em *três tempos e três espaços*.

De acordo com Barros de Castro, a produção nacional do café durante todo o século XIX e princípio do século XX, foi alimentada por sua característica de *cultura itinerante* nas áreas sobre as quais atuou. O economista considerou ainda que, em momentos de expansão e mesmo em momentos de crise, a cafeicultura deveria ser analisada como uma atividade em movimento que carrega essa tripla divisão.

Como resultado de seu pensamento, essa fragmentação espacial e cronológica da cafeicultura pode ser compreendida da seguinte forma: primeiro, existe uma zona de retaguarda. Essa seria a área onde a cultura da rubiácea primeiro penetra e a produtividade de seus cafezais se encontra em visíveis níveis de queda, com a presença de árvores mais velhas e perda de grande parte dos nutrientes do solo. Já a segunda zona de plantação, é uma área intermediária. Aqui, os cafeeiros encontram razoáveis taxas de produtividade e o solo ainda possui um nível de reserva de nutrientes aceitável para a manutenção da produção durante algum tempo. E finalmente, existe uma zona pioneira. Essa nova área de penetração do café alcança os melhores índices de produtividade utilizando-se da enorme massa de nutrientes proporcionada pelo recente desflorestamento da mata, ao mesmo tempo em que as novas árvores são introduzidas.

De acordo com outro autor importante nos estudos de História Econômica e História Ambiental, Warren Dean (2011, p. 263), a “associação do café com a floresta primária no Sudeste permaneceu o fator decisivo na aceleração do avanço da fronteira agrícola”. Certamente, com essas palavras Dean proporcionou uma clara descrição de um modelo de fronteira que, além de aplicável em múltiplas escalas, sumariza como a terra era operada. É essa abordagem que será utilizada nas próximas seções.

Conforme foi possível observar na Quadro 01, os 28 municípios originais da Zona da Mata no ano de 1920 deram origem a 31 novos através da emancipação de parte de seus distritos. Tal característica possibilitou que a pesquisa realizasse um esforço de regionalização próprio para compreender as dinâmicas internas da Mata. Com base nos dados e no arcabouço teórico do sistema agrário e da fronteira cafeeira, a região foi fragmentada da seguinte maneira: três áreas cafeeiras e uma área não cafeeira. A primeira delas, o **Oeste**, não compôs a análise por causa de sua baixa representatividade como produtora da rubiácea. Consequentemente, os outros três espaços puderam representar o modelo proposto, divididos em **Sul** (sete municípios em 1920; doze municípios em 1940; doze municípios em 1950); **Centro** (oito municípios em 1920; quatorze municípios em 1940; dezesseis municípios em 1950) e, finalmente; o **Norte** (seis municípios em 1920; dezesseis municípios em 1940; vinte

e um municípios em 1950). Nomeadamente, aqui segue uma evidente divisão das localidades onde o plantio do café se expandiu, no sentido sul/norte.

Com base nas informações contidas para o ano de 1920, a divisão utilizada nesta pesquisa foi a seguinte: **Oeste**: Rio Preto, Lima Duarte, Santos Dumont (Palmyra), Mercês, Alto Rio Doce, (Vila) Rio Espera, Piranga. **Sul**: Mar de Hespanha, Juiz de Fora, (São José d') Além Paraíba, Guarará, Leopoldina, São João Nepomuceno, Rio Novo. **Centro**: Palma, Cataguazes, Guarani, (Rio) Pomba, Ubá, (São Paulo do) Muriaé, (Visconde do) Rio Branco, São Manuel. **Norte**: Viçosa, Carangola, Ponte Nova, Abre Campo, Manhuaçu, Rio Casca.

É interessante perceber que a historiografia mineira realizou distintos esforços de regionalização que consideraram algumas características referentes ao território entre os séculos XVIII e XIX. Com ênfase na região da Mata, trabalhos como o de Carrara (1999) focaram no debate ao considerar a ocupação territorial, o perfil da população escravizada, as estruturas fundiárias, a produção mercantil e a expansão de uma rede de transportes na região. Já sobre os séculos XIX e XX, outras referências podem ser apontadas. Esses trabalhos associaram análises sobre as atividades econômicas e a demografia (incluindo também os dados sobre a população escravizada), embasados em um conjunto variado de fontes disponíveis para os séculos em questão (GODOY, 1996; PAIVA; GODOY, 2002; PAULA, 2006).

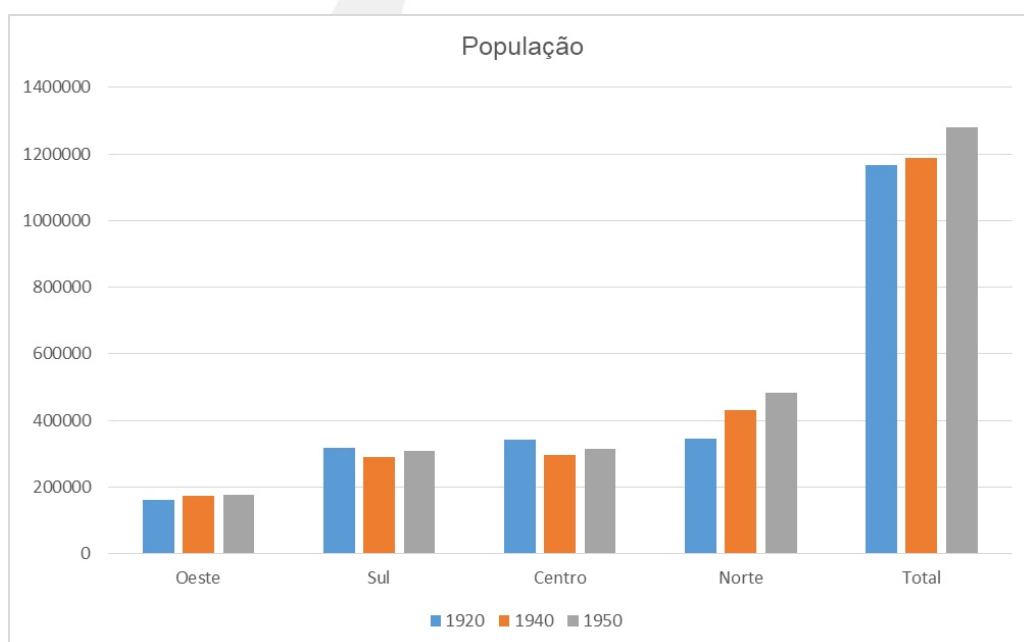
Nota-se que, na maioria dos casos, a discussão sobre a terra e o trabalho delineou boa parte das investigações, muitas das vezes inspiradas ou incluídas no campo da História Agrária. A historiografia buscou refletir sobre a possibilidade de não homogeneização do território de Minas e, mais especificamente, da Zona da Mata. Conforme já apontado, a fragmentação regional aqui adotada se coloca como mais uma das possibilidades de reflexão sobre uma parte das Minas Gerais na primeira metade do século XX, de acordo com as fontes e o referencial teórico adotado na abordagem, expressando a centralidade da cultura cafeeira no processo. De acordo com Ricardo de Paula (2006, p. 69):

É a economia cafeeira que ao penetrar em Minas, aos poucos vai conformando uma região diferenciada no contexto econômico e social das Gerais. O que queremos dizer com isso, é que não se pode falar em Zona da Mata antes da década de 1870. É justamente a articulação entre a dinâmica cafeeira e a modernização dos transportes, com a chegada das ferrovias, que proporciona a expansão do café além dos limítrofes com o Rio de Janeiro. Ou seja, a Zona da Mata enquanto região delimitada no mapa, seja no início do século XX, seja na atual regionalização de Minas Gerais, feitas pelo IBGE, bem como os órgãos do governo estadual, foi constituída como tal, a partir do momento em que a cafeicultura se expandiu para o norte e leste da área pioneira.

Com base na subdivisão estabelecida previamente, a partir de um esforço de regionalização que correspondesse às características locais, foi possível perceber algumas dinâmicas internas. A porção Norte da Mata apresentou o maior crescimento no número de municípios, tendo sido aumentados em mais de três vezes em 1950, quando comparados ao ano de 1920. Dos seis municípios originais, quinze novos surgiram. Em contrapartida, o Centro teve um aumento de oito municípios, o Sul de cinco e o Oeste de apenas três. O quadro administrativo também expressou o perfil demográfico da região como um todo. O crescimento populacional manteve uma constante positiva entre as décadas de 1920 e 1950. No entanto, salienta-se que as regiões Sul e Centro apresentaram uma queda acentuada após a década de 1920. O Norte se mostrou o principal expoente populacional da região entre as décadas de 1920 e 1950.

De acordo com o Gráfico 01, em 1920 a população das regiões Oeste, Sul, Centro e Norte foram de, respectivamente, 161.922, 316.570, 343.294 e 343.790 habitantes; contabilizando um total de 1.165.576 habitantes. No censo de 1940 foram registrados 174.621 habitantes na zona Oeste, 288.964 habitantes na zona Sul, 296.185 habitantes na zona Central e 429.710 na zona Norte, perfazendo um total de 1.189.480 habitantes. Em 1950, o censo registrou 176.361 habitantes na zona Oeste, 306.711 na zona Sul, 315.154 na zona Central e 482.256 na zona Norte, com um total de 1.280.482 habitantes na Zona da Mata.

Gráfico 01: Comparativo da população da Zona da Mata mineira (1920-1950)



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1920)**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922; **Recenseamento Geral do Brasil (1940)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950; **Recenseamento Geral do Brasil (1950)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954. VITTORETTO, Bruno Novelino. **Fronteiras do Café na Zona da Mata Mineira**. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

O crescimento populacional da Zona da Mata na década de 1950 pode ser melhor exemplificado pelo comparativo percentual. A porção Oeste apresentou um crescimento aproximado de 9% em relação à população de 1920 e de 1% em relação à população de 1940. A zona Sul apresentou uma redução populacional aproximada de 3% quando comparada à população de 1920, porém consistindo em um aumento de 6% em comparação à população de 1940. A zona Central apresentou uma redução populacional de 8% em comparação a 1920, porém apresentou um aumento de 6% em comparação a 1940. Por fim, a zona Norte apresentou um grande aumento, de aproximadamente 40% quando comparado a 1920, e de 12% quando comparado a 1940, sendo a região a apresentar o maior crescimento populacional de todas.

O crescimento populacional nas décadas iniciais do século XX pode ser compreendido a luz de um movimento recíproco de desenvolvimento econômico que se expressa no processo de industrialização e da ampliação do comércio intra-regional. A grande e crescente concentração de população na Zona da Mata e regiões vizinhas demandou uma maior produção alimentícia (SOUZA, 2003). Além do café, a Zona da Mata possuía uma grande variedade de formas de produção agrícola no período, tais como podem ser observados no censo agrícola da década de 1950: bananas; laranjas; fumo em corda e em folha; arroz; feijão; mandioca; milho; cana de açúcar e seus derivados; algodão; feijão; e a criação de animais, como bovinos; equinos; asininos e muares; caprinos e ovinos; suínos; e aves.

Concomitantemente, as necessidades de produtos locais levaram ao surgimento de fábricas de produtos como sabão, tecidos e outros bens de consumo, tanto para o abastecimento local, quanto para troca em outros mercados mais distantes (CROCE, 2008; PIRES, 2004). Isso quer dizer que o café não era o único produto da região, apesar de ser o mais rentável internacionalmente e o carro-chefe da economia local. As conexões com o Rio de Janeiro, não somente o porto exportador da rubiácea, mas também potencial mercado de consumo ou distribuição das mercadorias locais, facilitou o incremento da diversificação na região da Zona da Mata mineira.

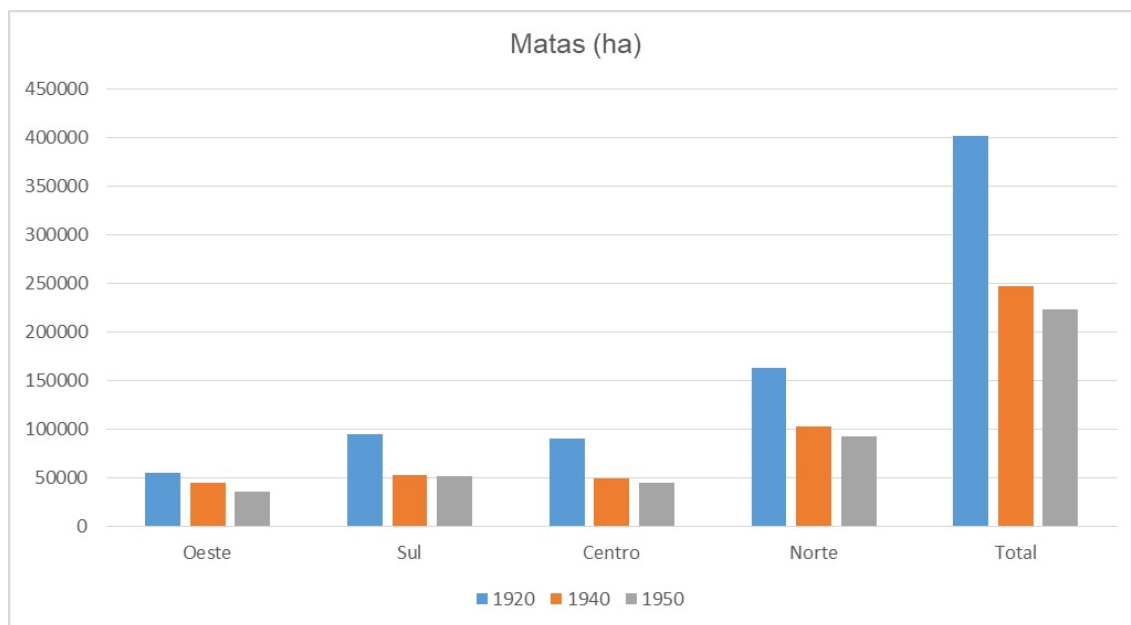
Fronteiras do café na região mineira na primeira metade do século XX

O café teve como base inicial no século XIX a estrutura latifundiária escravista, na qual o poder estava concentrado nas mãos de grandes famílias. Com a abolição da escravidão, novas formas de trabalho foram iniciadas, tais como a meação, sistema em que grandes proprietários cediam suas terras em troca de parte da produção. Ao longo das décadas iniciais do século XX, o trabalho assalariado, cooperativas e maquinários modernos surgiram e se expandiram (VITTORETTO, 2016). Pequenos, médios e grandes produtores se uniam ao redor de cooperativas para o processamento de seus produtos. O capital cafeeiro exerceu grande influência para o desenvolvimento da região, a partir dos que parte da historiografia local denominou como um complexo agroexportador periférico, ao fomentar efeitos de encadeamentos econômicos a partir daquela que era a atividade principal (PIRES, 2004).

Por ser um produto destinado em grande parte à exportação, o café sofreu com as altas e baixas dos mercados internacionais ao longo dos séculos XIX e XX (NETTO, 1981). No entanto, do ponto de vista local, o sistema agrário funcionou de forma a suprir as oscilações das conjunturas globais exatamente por potencializar o acesso às trocas a partir do volume produzido. De acordo com as formas de apropriação da mercadoria no que diz respeito a terra, a existência de zonas com amplas reservas de nutrientes era crucial para a dinâmica de exploração econômica dessa *commodity* agrícola. No caso matense, a incidência de vastas áreas contendo a floresta atlântica ainda de pé era indício de maiores possibilidades de incorporação da fronteira cafeeira.

No Gráfico 02 percebe-se, primeiramente, que a região foi marcada por um constante declínio de florestas em seu território ao longo da primeira metade do século XX. Este declínio acentuado se repetiu por todas as sub-regiões delimitadas previamente e explicitadas nas seções anteriores. De acordo com os números encontrados, o total de matas existentes em 1920 era de 54.884 hectares na zona Oeste; 94.051 hectares na zona Sul; 90.9129 hectares na zona Central; e 162.069 hectares na região Norte, cuja soma total corresponde a 401.113 hectares. Na década de 1940, este número foi reduzido à 44.034 hectares na zona Oeste, 52.326 hectares na zona Sul, 48.573 hectares na zona Central e 101.884 hectares na zona Norte, totalizando 246.817 hectares de matas existentes na Zona da Mata.

Gráfico 02: Comparativo dos hectares ocupados por matas na Zona da Mata mineira (1920-1950)



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1920)**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922; **Recenseamento Geral do Brasil (1940)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950; **Recenseamento Geral do Brasil (1950)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954. VITTORETTO, Bruno Novelino. **Fronteiras do Café na Zona da Mata Mineira**. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

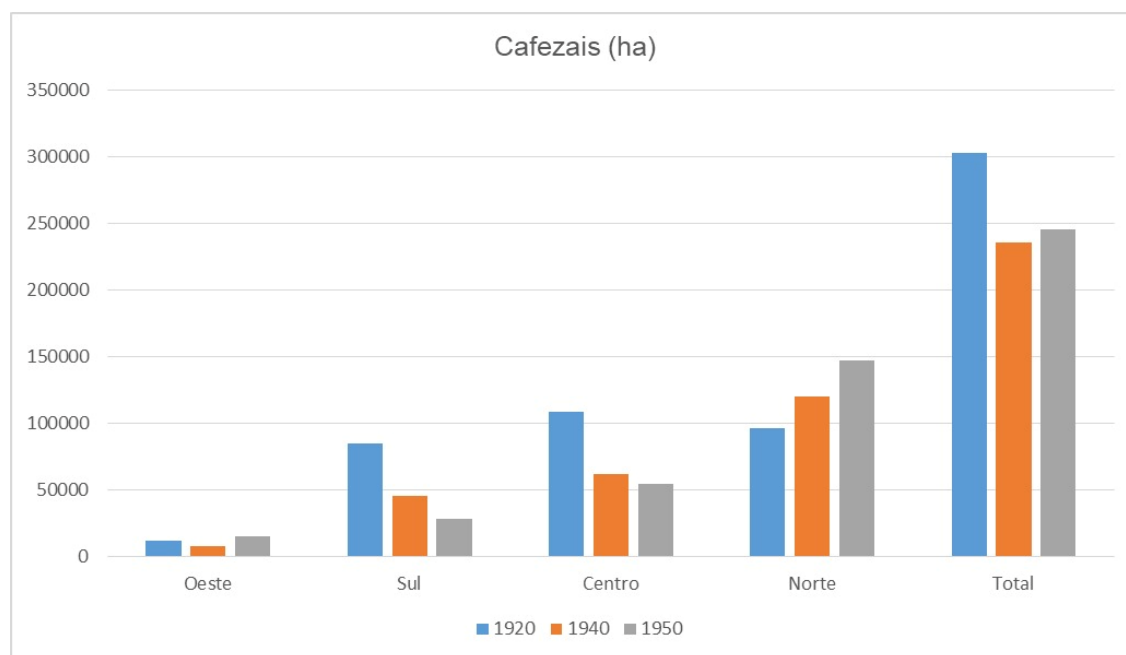
A diminuição da quantidade da área coberta por matas na região foco deste estudo continuou na década de 1950. Havia nas zonas Oeste, Sul, Central e Norte, respectivamente, 34.749, 51.489, 44.236 e 92.265 hectares ocupados pela vegetação característica local, totalizando 222.739 hectares. Tomando como base o último ano disponível no banco de dados, ou seja, 1950, percebe-se uma diminuição total de 10% das matas da região mineira em comparação a 1940; e de 44% quando os mesmos números são comparados a 1920. Neste sentido, as zonas Oeste, Sul, Centro e Norte apresentaram, respectivamente, uma diminuição de 21%, 2%, 9% e 10%, se comparadas ao ano de 1940. Quando comparadas a 1920, as regiões Oeste, Sul, Centro e Norte apresentaram, respectivamente, uma perda de 37%, 45%, 51% e 53% de suas matas.

Tais evidências levam a uma associação direta com o segundo elemento do sistema agrário matense, responsável pela transformação da paisagem e das relações econômicas e sociais no território: a cobertura de terras compostas pelos cafezais. Conforme apresentado no

Gráfico 03, na década de 1920, nas regiões Oeste, Sul, Centro e Norte, os cafezais ocupavam uma área, respectivamente, equivalente à 12.465 hectares; 85.392 hectares; 109.013 hectares; e 96.259 hectares. O total da área ocupada pelo café na Zona da Mata era de 303.130 hectares, aproximadamente.

Em relação ao disposto, a década de 1940 apresentou uma redução nos cafezais, em que as regiões Oeste, Sul, Centro e Norte apresentaram, respectivamente, 8.317 hectares, 45.502 hectares, 62.482 hectares e 119.933 hectares, correspondendo a uma área total de 236.236 hectares ocupados por cafezais. Em comparação à década de 1920, com exceção da região Norte, que apresentou um crescimento de 25% na área utilizada para o plantio de café, as demais regiões, Oeste, Sul e Centro apresentaram uma redução de 33%, 47% e 43%, respectivamente. No saldo total, apesar do crescimento da região Norte, a área utilizada para o plantio do café foi reduzida em 22%.

Gráfico 03: Comparativo de hectares ocupados por cafezais na Zona da Mata mineira (1920-1950)

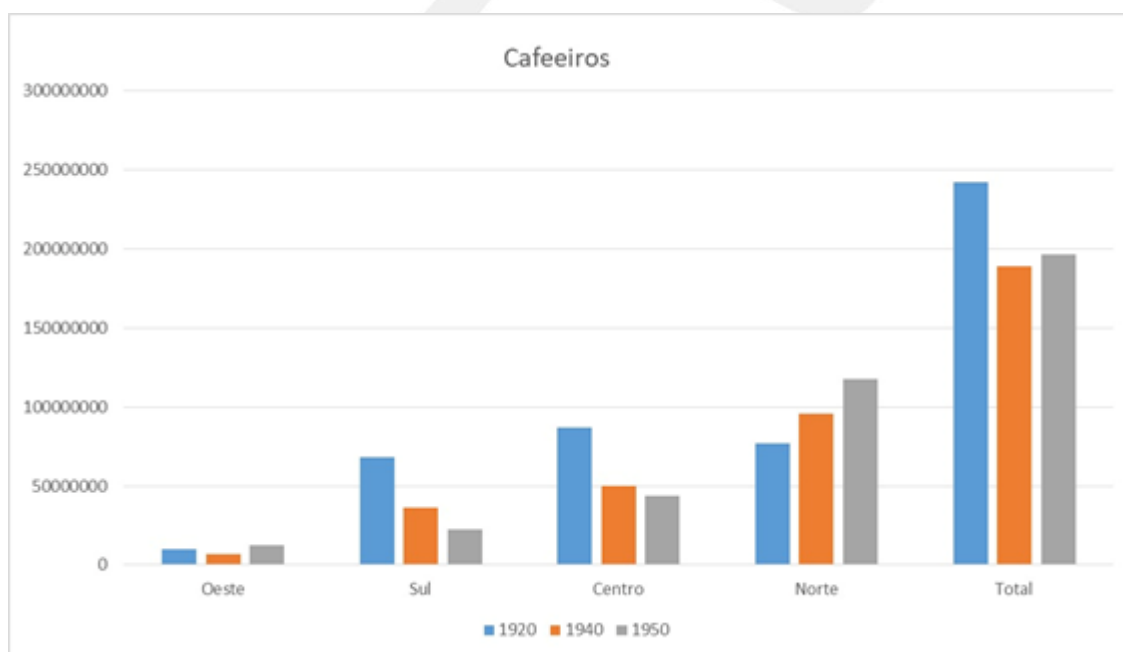


Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1920)**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922; **Recenseamento Geral do Brasil (1940)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950; **Recenseamento Geral do Brasil (1950)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954. VITTORETTO, Bruno Novelino. **Fronteiras do Café na Zona da Mata Mineira**. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

A década de 1950 apresentou uma recuperação da cafeicultura, na qual as zonas Oeste, Sul, Centro e Norte possuíam, respectivamente, 15.739 hectares, 28.460 hectares, 54.637 hectares e 147.082 hectares utilizados para o plantio do café, com um total de 245.919 hectares. Apesar de não ter sido uma recuperação total, a cafeicultura apresentou uma recuperação expressiva na ocasião. Em comparação com décadas anteriores, em 1950, a região Oeste apresentou um crescimento de 26% em relação a década de 20 e 86% em relação a década de 40. A região Sul, entretanto, apresentou uma redução de 67% em relação a 1920 e 37% se comparada a 1940. Já a região Central, assim como a região Sul, apresentou uma queda de 50% em hectares em relação a 1920 e de 13% em relação a 1940. Por fim, a região Norte apresentou um crescimento de 53% em relação a 1920; e de 23% em relação a 1940. O percentual total da Zona da Mata, que reduziu em 19% os hectares cultivados em relação a 1920, foi seguido de um crescimento de 4%, se comparado a 1940.

Constata-se que, entre as décadas de 1920 e 1940 ocorreu uma queda brusca nos hectares utilizados para plantação de café, seguida de uma recuperação na década de 1950. Esta queda é refletida tanto no número de plantas quanto nas toneladas produzidas. O gráfico a seguir (Gráfico 04) aponta uma queda da produção de café entre as décadas de 1920 e 1940, seguida por uma retomada do crescimento em 1950.

Gráfico 04: Comparativo dos pés de café existentes na Zona da Mata mineira (1940-1950)



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1920)**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922; **Recenseamento Geral do Brasil (1940)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950; **Recenseamento Geral do Brasil (1950)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954. VITTORETTO, Bruno Novelino. **Fronteiras do Café na Zona da Mata Mineira**. 2016. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

Segundo o Gráfico 04, o número de cafeeiros em 1920 foi de 9.972.636 pés na região Oeste, 68.313.981 pés na região Sul, 87.210.692 pés na região Central e 77.007.448 pés na região Norte, totalizando 242.504.757 pés de café na Zona da Mata. Em 1940, o número de cafeeiros nas regiões Oeste, Sul, Centro e Norte foram respectivamente 6.654.228 pés, 36.401.752 pés, 49.986.392 pés e 95.947.055 pés, com um total de 188.989.427 cafeeiros existentes. Em relação ao disposto, a década de 1940 apresentou uma queda no número de cafeeiros em três das quatro regiões da Zona da Mata. O Norte foi a única região a não sofrer desse declínio. Porém, o saldo final ainda apresentou uma redução total dos cafeeiros da Zona da Mata.

Em 1950, o número de pés de café presentes na Zona da Mata apresentou um crescimento desigual em suas regiões. O Centro e o Sul continuaram a sofrer com a redução dos cafeeiros, enquanto o Oeste e Norte apresentaram um aumento. O número total de cafeeiros na Zona da Mata registrado na década de 1950 nas zonas Oeste, Sul, Central e Norte foram respectivamente 12.591.988 pés, 22.768.502 pés, 43.709.664 pés, 11.7665.602 pés, totalizando 196.735.756 pés de café existentes em toda a região.

Estes números podem ser melhor explicados, indicando os percentuais da década de 1950 em relação às décadas anteriores. A zona Oeste demonstrou um aumento de 26% em relação à década de 1920 e de 89% em comparação à década de 1940. A zona Sul sofreu uma redução de 67% de seus cafeeiros em comparação com a década de 1920 e de 37% com a década de 1940. O Centro apresentou uma queda de 50% no número de cafeeiros quando comparado a década de 1920 e de 13% quando comparado a década de 1940. O Norte foi a única região onde a cultura cafeeira não sofreu perdas, apresentando um aumento de 53% no número total de pés de café quando comparado ao número da década de 1920; e de 23% quando comparado à década de 1940. No entanto, salienta-se que o saldo total não foi positivo. Isso porque, apesar de existir um aumento de 4% na década de 1950 quando comparada a década de 1940, ainda está longe do número de pés totais existentes na década de 1920, apresentando uma redução de 19%.

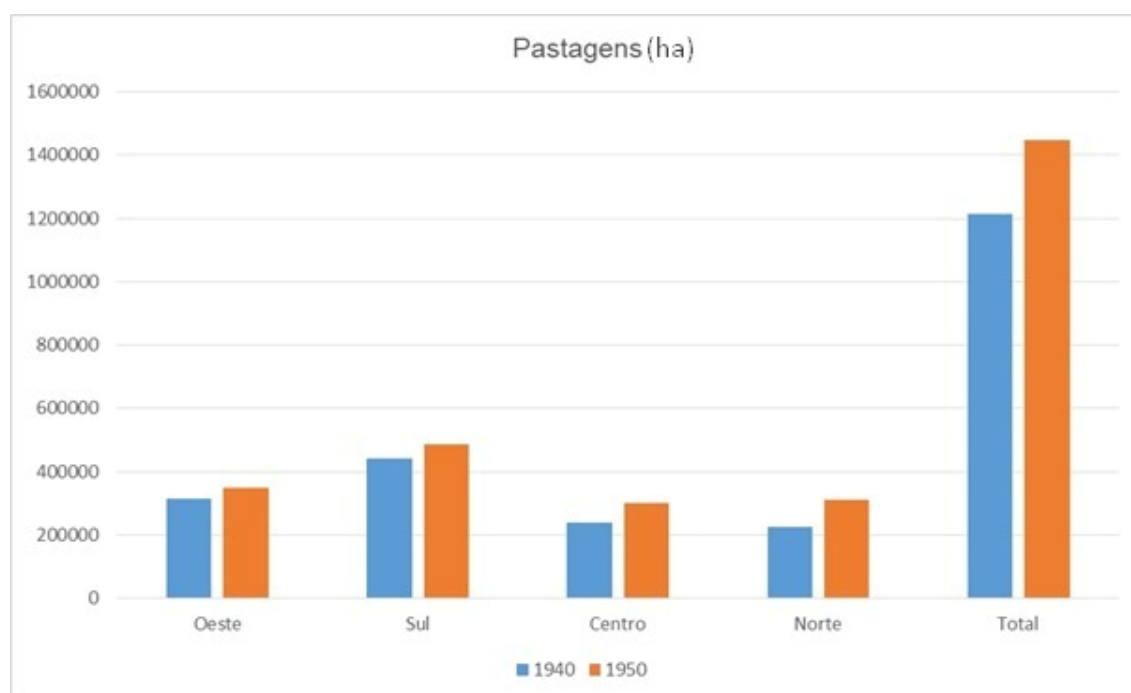
Em resumo, os dados apontam que apesar do retrocesso da década de 1940, em que a produção de café caiu vertiginosamente, a década de 1950 proporcionou um novo fôlego para a cafeicultura, o que pode ser notado através da quantidade de plantas, em produção ou novas, existentes. Quer dizer que nesse contexto a cafeicultura já não era o sustentáculo da Zona da Mata em 1950, pois já não se apresentava como fator indutor do desenvolvimento das relações econômicas locais.

Além de competir com o território composto pelas matas, a cafeicultura, como elemento de fronteira, também acabava por deixar como herança enormes áreas de pastagens, o último elemento da tríade do sistema agrário local a ser aqui analisado. Visivelmente, a pecuária acabou sendo incorporada como parte da identidade econômica e social de Minas Gerais, de acordo com conjunturas distintas da incidência de animais de criação desde o século XVIII (GRAÇA FILHO, 2002; MENESES, 2000). A Zona da Mata não está isenta dessas conjunturas de maior duração, mas fundamentalmente, a conversão dos cafezais em pastos foi fator determinante para a incorporação econômica do gado, sobretudo o gado leiteiro, na região.

Assim, é possível compreender os movimentos de transição entre cafeicultura e pecuária com base nos dados comparativos de pastagens entre as décadas de 1940 e 1950, uma vez que o primeiro recenseamento agrícola geral do Brasil não trouxe essa informação. Se a pecuária se tornou importante atividade econômica, chegando a rivalizar com o café, a existência de áreas de pastagens indica as potencialidades de exploração econômica do setor, conforme a historiografia local aponta (DESTRO, 2006), além de ser elemento que evidencia o esgotamento do modelo de fronteira disponível para a reprodução do sistema agrário e da economia do café.

Conforme o Gráfico 05, na década de 1940, as regiões Oeste, Sul, Centro e Norte possuíam pastagens ocupando 314.712 hectares, 439.757 hectares, 237.479 hectares e 223.390 hectares de terras na Zona da Mata, respectivamente. O total de área ocupado por pastagens em toda a região foi de 1.215.338 hectares. Nos dados registrados em 1950, nota-se um crescimento considerável, no qual o aumento das regiões Oeste, Sul, Centro e Norte apresentam respectivamente: 330.095 hectares, 484.444 hectares; 301.903 hectares; e 311.539 hectares. A somatória total da área ocupada por hectares na década de 1950 foi de 1.447.981 hectares. O resultado aproximado do crescimento da área de pastagens foi de aproximadamente 19%. A região Norte se destacou das demais apresentando um crescimento de 39%, enquanto as regiões Centro, Sul e Oeste, apresentaram crescimento de 27%, 10% e 11% respectivamente.

Gráfico 05: Comparativo dos hectares ocupados por pastagens na Zona da Mata mineira (1940-1950)



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1940)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950; **Recenseamento Geral do Brasil (1950)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954. VITTORETTO, Bruno Novelino. **Fronteiras do Café na Zona da Mata Mineira**. 2016. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

Apesar de exigir uma grande quantidade de pastagem para poder ser rentável, a pecuária compensava essa questão com a necessidade de uma “pequena” mão de obra, no caso do gado de corte. Nota-se que a abundância de pastagens, naturais ou artificiais, presentes na zona da mata contribuiu para o aumento da atividade pastoril. Outrossim, por ser uma atividade econômica voltada, em sua maioria, para o mercado interno regional e nacional, a pecuária não esteve necessariamente afetada pelas variáveis do mercado externo, tal como se nota nos preços dos cafés ao longo do século XX.

O crescimento de grandes centros populacionais, tanto na região da Zona da Mata quanto nas regiões vizinhas, demandava uma constante produção de alimentos e matérias primas. O gado em si é uma grande fonte de proteína, laticínios e couro, servindo para abastecer tanto as necessidades internas quanto os crescentes mercados próximos. Nas primeiras décadas do século XX ocorreu uma lenta, mas segura transferência do eixo da economia mineira. Com a perda da força cafeeira, aliada à crescente relevância da nova capital, outros setores passaram por transformações e evoluções.

Para além das possíveis interpretações acima sobre o caso da pecuária, é necessário agora associar os três elementos trabalhados anteriormente em sua totalidade. Nota-se primeiro, que a Zona da Mata mineira sofreu uma lenta e gradual transformação de seus biomas ao longo dos séculos, em decorrência, principalmente, da intervenção humana. As matas densas, que outrora deram nome a região, cederam lugar a pastos e plantações, sobrando os cumes e morros como regiões de mata densa. “As culturas, embora numerosas, ocupam áreas relativamente pequenas. São formadas à custa do solo florestal cuja mata é derrubada” (VALVERDE, 1958, p. 30).

O movimento de perda da floresta foi inversamente proporcional à incorporação da cafeicultura, principalmente nas três principais sub-regiões (Sul, Centro e Norte), se consideradas as primeiras décadas do século XX. Já no meado do século, a perda de zonas compostas por matas não foi compatível com o crescimento da agricultura do café. Esse ponto leva a um possível quadro de maior diversificação econômica no campo, já que há a incidência de outros gêneros sendo produzidos ao longo de toda Zona da Mata mineira.

Por outro lado, o avanço dos pastos significou o esgotamento da cafeicultura, que mesmo apresentando números significativos na faixa da fronteira Norte, não foi capaz de reproduzir o mesmo sistema agrário para a sua manutenção. Nesse caso, o surgimento dos pastos é diretamente proporcional ao declínio do café, se a região for considerada em sua totalidade. Ademais, ao longo das décadas do século XX, a existência de maiores áreas de pastagens significa também que outras formas de exploração da terra foram iniciadas e expandidas, em específico, o pasto para o gado.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

O sistema agrícola adotado na Zona da Mata, denominado como extensivo, demandava a utilização excessiva das terras compostas por reservas de nutrientes, representadas pelas matas da região. Em decorrência da grande quantidade de florestas disponíveis, os cafezais eram explorados até exaurirem completamente a terra, sendo abandonados em prol de novos pés plantados em solo da mata local recém desmatada. A produção exacerbada de café anunciou a sua própria decadência. Pois, conforme a quantidade de terra disponível diminuía, o uso exaustivo do solo tornou-se um sistema oneroso e ineficiente, que aliado às crises no mercado internacional acarretou o declínio constante da cafeicultura.

Ademais, o desgaste da cafeicultura acabou por converter os recursos disponíveis para outro setor, mais adaptável na ocasião, representado pelo gado criado na paisagem composta por vastas zonas de pastos; além da produção agrícola diversificada. Todo esse processo foi geograficamente expressado no sentido da fronteira da cafeicultura matense, ao apresentar três sub-regiões notadamente cafeicultoras e uma de menor incidência da atividade local. Nota-se que o sentido Sul-Norte da dinâmica do café, transformou as atividades econômicas e as relações sociais, assim como a paisagem e a natureza, qualificando-se do ponto de vista teórico como um processo sociometabólico complexo e passível de maiores aprofundamentos interpretativos.

Isso porque, em outras etapas, será possível se debruçar sobre os mesmos dados ou ampliá-los para as décadas posteriores analisando dois aspectos essenciais. O primeiro deles, trata-se de uma possível transição do sistema agrário extensivo para outra forma de apropriação da terra e do trabalho. Tal abordagem poderá elencar a existência ou inexistência dos impactos da denominada “Revolução Verde” de meados do século. Já o segundo ponto diz respeito à perda de protagonismo da região da Zona da Mata. Uma vez que a expansão do setor metalúrgico, na porção central do estado de Minas Gerais, e a consolidação da capital mineira como polo agregador do estado proporcionaram acúmulo de capital financeiro e relevância política para aquela parte da federação, a região matense passaria por um processo de marginalização que transformaria profundamente as suas estruturas na segunda parte do século XX.

Referências bibliográficas

Fontes

BRASIL. Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7/3/1938, p. 4249.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1920)**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1940)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1950)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954.

Bibliografia

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Sistema Agrário. In: MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BADIA-MIRÓ, Marc; TELLO, Enric. Vine-growing in Catalonia: the main agricultural change underlying the earliest industrialization in Mediterranean Europe (1720–1939). **European Review of Economic History**, Oxford, v.18, n.2, p. 203–226, 2014.

BOSERUP, Ester. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. História da Agricultura e História regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Editora Vozes: Petrópolis, 1979, cap. 1, p. 13-93.

CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo**: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: UFOP, 1999.

CASTRO, Antônio Barros de. **7 Ensaios Sobre a Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1971. v.2

CLAY, Jason. *World Agriculture and the Environment: a commodity-by-commodity guide to impacts and practices*. Washington: Island Press, 2004.

CHAVES, Edneila Rodrigues. **Hierarquias sociais na câmara municipal em Rio Pardo (Minas Gerais, 1833-1872)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CROCE, Marcus Antônio. **O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora**: o balanço de uma conjuntura. Juiz de Fora: Funalfa, 2008.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

DESTRO, José Augusto de Souza. **A transição da cafeicultura para a pecuária em Juiz de Fora (1896/1930)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

DRUMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.4, n.8, 1991.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Rio de Janeiro: EMBRAPA-SPI, 2006.

FISHER-KOWALSKI, Marina. Society's metabolism: the intellectual history of materials flow analysis, part I, 1860-1970. **Journal of Industrial Ecology**, New Haven, v.2, n.1, p. 61-77, 1997.

FISHER-KOWALSKI, Marina; HÜTTLER, Walter. Society's metabolism: the intellectual history of materials flow analysis, part II, 1970-1998. **Journal of Industrial Ecology**, New Haven, v.2, n.4, p. 107-129, 1999.

FOLADORI, Guillermo. O metabolismo com a natureza. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.12, p. 105-117, 2001.

FOSTER, John Bellamy. **Marx's Ecology: materialism and nature**. New York: Monthly Review Press, 2000.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920):** um estudo de relações não-capitalistas de produção. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço:** uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. Belo Horizonte: Cedeplar, 1996.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João Del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010:** conteúdo digital. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtm>. Acesso em: 19 Jan. 2016.

LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando; ALMICO, Rita de Cássia da Silva. A Zona da Mata Mineira: Subsídios para uma historiografia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, Caxambu/MG. **Anais[...]**. Caxambu: associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), 2003.

LEFEBVRE, Henri. **The Production Of Space**. Maiden, Oxford: Wiley-Blackwell, 1992.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **Marxism, Social Metabolism, and Ecologically Unequal Exchange**. Universitat Autònoma de Barcelona, Unitat d'Història Econòmica, n.21, 2004.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: Do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MCNEILL, John Robert. **Something new under the sun**. An envioroment history of the twentieth century world. New York: W.W. Norton, 2001.

MENESES, José Newton Coelho. **O Continente Rústico: Abastecimento Alimentar nas Minas Gerais Setecentistas**. Belo Horizonte: Maria Fumaça, 2000.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGUEL, Lovois de Andrade; MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. Abordagem Sistêmica e Sistemas Agrários. In: MIGUEL, Lovois de Andrade (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

MORRONE, Eduardo Corrêa; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. A natureza em Marx e Engels: Contribuição ao debate da questão ambiental na atualidade. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v.24, jan.-jul., 2010.

MOSLEY, Stephen. **The environment in world history**. New York: Routledge, 2010.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780 – 1870)**. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

NETTO, Antonio Delfim. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: IPE;USP, 1981.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de Contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, Diamantina/MG. **Anais [...]**. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2002.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Heera**, Juiz de Fora, v.1, n.1, jul.-dez., 2006.

PIRES, Anderson. **Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais: uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira – 1889-1930**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SARAIVA, Luiz Fernando. **O Império das Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SMITH, T. Lynn. Sistemas Agrícolas. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano IX, n.2, Abr-Jun, 1947.

SOUZA, Sonia Maria de. **Terra, Família, Solidariedade...: Estratégias de Sobrevivência Camponesa no Período de Transição - Juiz de Fora (1870-1920)**. Tese (Doutorado em

História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VITTORETTO, Bruno Novelino. **Fronteiras do Café na Zona da Mata Mineira (1870-1940)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & Sociedade**. vol.V, n.2, ago./dez, 2002. vol.VI, n.1, jan./jul, 2003.